

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 28 de outubro de 2021 • Nº 1181 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Direito & Justiça

Novo entendimento da Receita Federal para a tesedo século

PÁGINA 4

VACINA

Maduro chama Bolsonaro de imbecil após fala sobre Aids

O presidente venezuelano, Nicolás Maduro, criticou declaração do presidente Jair Bolsonaro, dada em uma transmissão nas redes sociais na semana passada, de que a vacina contra a Covid-19 poderia ter uma ligação com o desenvolvimento de Aids. Segundo os médicos, a associação citada pelo líder brasileiro entre o imunizante e a doença, baseada em uma suposta notícia, é falsa, inexistente e absurda; as vacinas contra o coronavírus disponíveis no mundo hoje são seguras. As redes sociais retiraram o vídeo de Bolsonaro do ar. Na terça-feira, Maduro fez referência à live de Bolsonaro quando discursou e falou da importância de vacinar a população. "É necessário promover a vacinação." PÁGINA 4

SENADO

Ministério muda portaria que autoriza ferrovias

O Ministério da Infraestrutura decidiu alterar a portaria que estabelece regras para autorizar a construção de novas ferrovias após pressão do Senado. O modelo proposto pelo governo era questionado também no TCU (Tribunal de Contas da União) e pela Rumo Logística, uma das maiores empresas do setor. A portaria permite investimentos em ferrovias apenas com autorização do governo, sem necessidade de leilões de concessão, e é a base do programa federal Pró-Trilhos, que já tem 23 requerimentos de novos trechos, com investimentos totais de R\$ 100 bilhões. Segundo seus críticos, ela contraria tanto a medida provisória que estabeleceu as autorizações ferroviárias. PÁGINA 2

TAXA DE JUROS

Copom eleva Selic para 7,75% ao ano

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou a taxa básica (Selic) em 1,5 ponto percentual, a 7,75% ao ano, ontem. Esta é a maior alta desde dezembro de 2002, quando os juros subiram 3 pontos percentuais -de 22% para 25% ao ano. A elevação é maior que a indicada pelo BC na reunião anterior, em setembro, quando sinalizou que subiria novamente a Selic em 1 ponto percentual. O presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, e diretores

reiteraram em eventos dos quais participaram ao longo das últimas semanas que o plano era manter esse ritmo nas decisões seguintes. Diante da manobra do governo para driblar o teto de gastos na semana passada, no entanto, o BC teve que mudar a postura para tentar levar a inflação de 2022 e 2023 à meta. A decisão veio em linha com as projeções do mercado. Na semana passada, economistas revisaram as expectativas para a decisão desta. PÁGINA 2

IBGE

Desemprego recua para 13,2%, mas renda encolhe



IBGE

A taxa de desemprego no Brasil recuou para 13,2% no trimestre encerrado em agosto, informou ontem o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Conforme o instituto, a baixa foi puxada pelo aumento de pessoas ocupadas, principalmente em postos de trabalho informal. A abertura de vagas, contudo, veio acompanhada por quedas recordes, em termos percentuais, no rendimento médio. Ou seja, houve maior geração de empregos, mas com uma renda inferior. Isso guarda relação com a volta do trabalho informal, que costuma registrar salários menores, e a inflação mais alta. No trimestre anterior, até maio, a taxa de desemprego estava em 14,6% (1,4 ponto percentual acima da mais recente). O indicador era de 14,4% no intervalo de junho a agosto de 2020. De acordo com a pesquisadora Adriana Beringuy (foto), coordenadora de trabalho e rendimento do IBGE, a vacinação contra a Covid-19 e a reabertura das atividades econômicas vêm estimulando a retomada da população ocupada. PÁGINA 2

ENGAVETADOR

CPI troca elogios com Aras, mas cria força-tarefa para seguir ações



ABRASIL

O grupo majoritário da CPI da Covid irá manter a sequência de trabalhos do colegiado mesmo após a conclusão das investigações no Senado e a entrega do relatório final ao procurador-geral da República, Augusto Aras (foto), nesta quarta-feira. Uma das primeiras medidas será investir na criação de um obser-

vatório. A ideia é acompanhar sugestões de indiciamento na PGR e projetos de lei no Congresso propostos no documento. Senadores temem arquivamentos por parte de Aras, ou letargia na análise das acusações, diante do histórico do procurador-geral e assessores de blindagem a Bolsonaro. PÁGINA 3

LOCAIS ABERTOS

Rio desafia ciência e põe fim ao uso de máscaras hoje

A lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro na terça-feira passada, que desobriga o uso de máscaras em locais abertos, passará a valer hoje após publicação no Diário Oficial. O governador Cláudio Castro (PL) sancionou o texto ontem. Após a sanção, a secretaria estadual de Saúde publicará, também hoje, uma recomendação aos municípios que deverão seguir critérios de distanciamento social, ambiente aberto e fechado, percentual de vacinação da população, realização de eventos-teste, entre outros, para a flexibilização do uso das máscaras contra a Covid-19. Em nota, o governador afirmou que "esta medida representa um importante salto para a vitória." PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: -0,05% / 106.363,10 / -56,43 / Volume: 27.891.919.672 / Quantidade: 4.179.696										Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	-0,64% (set.)	EURO turismo	
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas			Fechamento		Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	1,16% (set.)	Compra: 6,5525	Venda: 6,7325	
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Taxa Selic	0,49	até o dia 26/out	Compra: 5,5661	Venda: 5,5667		
COGNA ON ON NM	2.65	+5.58	+0.14	PETROBRAS PN N2	25.35	-6.63	-1.80	PETROBRAS PN N2	28.69	-0.24	-0.07	7,75%					
MULTIPLAN ON NZ	18.09	4.57	+0.79	VALE ON NM	74.45	-2.27	-1.73	NASDAQ Composite	15.235,837	+0,00	(27/10)	0,49					
EZTEC ON NM	19.56	+4.99	+0.93	GERDAU PN N1	27.35	-2.50	-0.70	Euro STOXX 50	4.218,98	-0,27	(28/10)	0,36%					
RAIADROGASILON NM	22.98	+4.17	+0.92	PETROBRAS PN N1	25.35	-6.63	-1.80	CAC 40	6.753,52	-0,19	TR (prefixada)	0,0098					
CYRELA REALTON NM	15.20	+4.04	+0.59	SUZANO S.A. ON NM	48.38	-4.10	-2.07	FTSE 100	7.253,27	-0,33	(29/8/2017)	0,0098	Compra: 6,4431	Venda: 6,4437	Compra: 5,6055	Venda: 5,7855	
				FLEURY ON NM	19.02	-3.60	-0.71	DAX	15.705,81	-0,33							

MERCADOS



Bolsa estaciona e dólar cai ante expectativa de alta da Selic

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou ontem com uma queda discreta, perdendo fôlego no fim do pregão, com a cautela prevalecendo sobre o risco de um aumento mais forte na Selic antes da decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central.

O Ibovespa (Índice Bovespa), índice de referência no mercado acionário brasileiro, caiu 0,05%, a 106.363 pontos, após ter subido 1,7% e superar os 108 mil pontos na máxima da sessão.

O dólar fechou em queda de 0,3%, a R\$ 5,556, com o mercado de câmbio instável nesta quarta, também à espera das decisões sobre a taxa básica de juros.

No exterior, o dia foi de queda após ganhos acumulados nas últimas sessões. Os índices Dow Jones e S&P 500 cederam 0,74% e 0,51%, respectivamente. O Nasdaq ficou estável.

O petróleo Brent, referência mundial, recuou 2,64%, a US\$ 84,12 (R\$ 468,22).

SENADO

Pressão faz Ministério mudar portaria para autorização de ferrovias

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

O Ministério da Infraestrutura decidiu alterar a portaria que estabelece regras para autorizar a construção de novas ferrovias após pressão do Senado. O modelo proposto pelo governo era questionado também no TCU (Tribunal de Contas da União) e pela Rumo Logística, uma das maiores empresas do setor.

A portaria permite investimentos em ferrovias apenas com autorização do governo, sem necessidade de leilões de concessão, e é a base do programa federal Pró-Trilhos, que já tem 23 requerimentos de novos trechos, com investimentos totais de R\$ 100 bilhões.

Segundo seus críticos, ela contraria tanto a medida provisória que estabeleceu as autorizações ferroviárias quanto lei aprovada no Senado sobre o mesmo tema, ao priorizar a outorga dos projetos por ordem de chegada dos pedidos.

Alegando que o modelo não traz o melhor resultado para o país, o relator do projeto de lei, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) articula a edição de um decreto parlamentar para sustar seus efeitos. Mesma visão tem a representação do Ministério Público no TCU, que também pediu mudança nas regras.

Prates esperava votar o decreto ontem mas concedeu ao governo mais um dia para melhorar o texto após pedido do líder do governo no Congresso, o senador Fernando Bezerra (MDB-PE). Suas críticas ganharam apoio do senador José

Aníbal (PSDB-SP)

"O procedimento usado é: quem chegou primeiro leva. É algo absolutamente inaceitável", disse Aníbal à Agência Senado. "É tão óbvio que essa portaria está errada, que é deletéria ao introduzir um critério que se sobrepõe à análise dos projetos, mas o ministro está autorizando."

O novo texto da portaria dará prioridade por ordem de chegada na análise dos projetos e não mais nas outorgas. O ministério não explicou se fará concorrências quando houver mais de um interessado pelo mesmo trecho, conforme prevê o projeto de lei.

A pressão do Senado levou à mudança mesmo após vitória do governo em primeira instância ação movida pela Rumo, que tem interesse em dois trechos requeridos primeiro pela VLI Logística. Na ação, a Rumo acusava o governo de acelerar o processo para beneficiar a concorrente.

Os primeiros quatro requerimentos, incluindo os dois em disputa por Rumo e VLI, começaram a ser analisados pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) no último dia 21, mas o processo foi suspenso por pedido de vista do diretor da agência Guilherme Sampaio.

A ANTT avaliaria se existe alguma incompatibilidade entre os trechos e ferrovias já construídas ou outorgadas, uma das pré-condições para que as autorizações sejam concedidas.

IBGE

Taxa de desemprego cai para 13,2%, mas renda encolhe

LEONARDO VIECELI/FOLHAPRESS

A taxa de desemprego no Brasil recuou para 13,2% no trimestre encerrado em agosto, informou ontem o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Conforme o instituto, a baixa foi puxada pelo aumento de pessoas ocupadas, principalmente em postos de trabalho informal. A abertura de vagas, contudo, veio acompanhada por quedas recordes, em termos percentuais, no rendimento médio.

Ou seja, houve maior geração de empregos, mas com uma renda inferior. Isso guarda relação com a volta do trabalho informal, que costuma registrar salários menores, e a inflação mais alta.

No trimestre anterior, até maio, a taxa de desemprego estava em 14,6% (1,4 ponto percentual acima da mais recente). O indicador era de 14,4% no intervalo de junho a agosto de 2020.

Com o novo resultado, o número de desempregados foi estimado em 13,7 milhões no país. O resultado representa baixa de 7,7% (menos 1,1 milhão de pes-

soas) ante o trimestre terminado em maio e indica estabilidade na comparação anual.

Os dados são da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

Pelas estatísticas oficiais, um trabalhador é considerado desocupado quando não está atuando e segue em busca de novas oportunidades, com ou sem carteira assinada ou CNPJ.

A taxa de desemprego até agosto (13,2%) veio um pouco abaixo do nível esperado pelo mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam indicador de 13,4%.

No trimestre, a população ocupada chegou a 90,2 milhões de pessoas. A marca significa alta de 4% (mais 3,5 milhões de pessoas) ante maio e crescimento de 10,4% (mais 8,5 milhões) no ano.

Dos 90,2 milhões de ocupados, 53,1 milhões (58,9%) trabalhavam de maneira formal. Os demais 37,1 milhões (41,1%) eram informais.

Em relação ao trimestre anterior, até maio, é possível observar um aumento mais consistente no

grupo de trabalhadores sem carteira assinada ou CNPJ. A alta foi de 6,9% (mais 2,4 milhões).

Na mesma base de comparação, o avanço foi de 2,1% entre os formais (acréscimo de 1,1 milhão).

De acordo com a pesquisadora Adriana Beringuy, coordenadora de trabalho e rendimento do IBGE, a vacinação contra a Covid-19 e a reabertura das atividades econômicas vêm estimulando a retomada da população ocupada.

"A expansão da ocupação fez com que a taxa de desocupação cedesse."

O IBGE ponderou que o rendimento real habitual dos trabalhadores ocupados recuou para R\$ 2.489 no trimestre até agosto. A marca corresponde a quedas de 4,3% frente ao trimestre anterior (R\$ 2.602) e de 10,2% frente a igual período de 2020 (R\$ 2.771).

Segundo o instituto, as baixas foram as maiores em termos percentuais na série histórica, iniciada em 2012, em ambas as comparações.

"A população ocupada está avançando, mas ainda há indicadores associados à força de traba-

lho que apresentam um quantitativo desfavorável. A gente está operando, por exemplo, com rendimento em queda", afirmou Adriana.

O número de trabalhadores por conta própria voltou a bater recorde, atingindo 25,4 milhões. A quantia soma a fatia que atua com CNPJ (6 milhões) e a parcela sem o registro (19,4 milhões), a mais numerosa.

"O mercado de trabalho está em uma situação melhor do que no começo da pandemia, mas ainda se encontra em um patamar muito negativo se comparado a antes da crise", aponta o economista Rodolpho Tobler, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

"A melhora recente deve ser comemorada, mas a gente tem um longo caminho pela frente."

A chegada da pandemia, em 2020, atingiu em cheio o mercado de trabalho. Com as restrições e a paralisação de empresas, houve destruição de vagas em diferentes setores, e mais brasileiros foram forçados a procurar emprego.

SELIC

Copom eleva taxa de juros em 1,5 ponto, a 7,75% ao ano

LARISSA GARCIA/FOLHAPRESS

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou a taxa básica (Selic) em 1,5 ponto percentual, a 7,75% ao ano, ontem. Esta é a maior alta desde dezembro de 2002, quando os juros subiram 3 pontos percentuais -de 22% para 25% ao ano.

A elevação é maior que a indicada pelo BC na reunião anterior, em setembro, quando sinalizou que subiria novamente a Selic em 1 ponto percentual. O presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, e diretores reiteraram em eventos dos quais participaram ao longo das últimas semanas que o plano era manter esse ritmo nas decisões seguintes.

Diante da manobra do governo para driblar o teto de gastos na semana passada, no entanto, o BC teve que mudar a postura para tentar levar a inflação de 2022 e 2023 à meta.

A decisão veio em linha com as projeções do mercado. Na semana passada, economistas revisaram as expectativas para a deci-

são desta quarta e passaram a esperar uma resposta mais agressiva da autoridade monetária diante da elevação do risco fiscal.

A maior parte dos economistas consultados pela Bloomberg projetava elevação de 1,5 ponto percentual.

As revisões ocorreram após o governo e seus aliados no Congresso inserirem, na última quinta-feira, na PEC (proposta de emenda à Constituição) que adia o pagamento de precatórios uma mudança na regra de correção do teto de gastos que, na prática, expande o limite das despesas federais.

A manobra tem como objetivo abrir espaço orçamentário e turbinar o Auxílio Brasil, programa social que vai substituir o Bolsa Família.

O ruído em torno de uma possível mudança de regime fiscal elevou o chamado o prêmio de risco à curva de juros, custo adicionado para cobrir eventuais impactos, e afetou as expectativas para a inflação.

Para este ano, há consenso no

mercado e no BC de que a inflação deve estourar a meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) em 3,75% -com 1,5 ponto percentual de tolerância para cima e para baixo.

De acordo com o relatório FOCUS do BC desta semana, em que são coletadas projeções do mercado, os economistas consultados revisaram mais uma vez para cima as expectativas para a inflação de 2021, agora para 8,96%, 3,71 pontos percentuais acima do teto da meta. No boletim anterior, as expectativas estavam em 8,69%.

Hoje, o Copom já mira o controle de preços de 2022 e 2023, no chamado horizonte relevante, para quando o comitê entende que a política monetária pode fazer efeito, com metas de 3,5% e 3,25%, respectivamente.

Para 2022, as projeções também aumentaram para 4,4%, ante 4,18% da pesquisa anterior. Para 2023, as estimativas, que seguiam estáveis em 3,25%, aumentaram pela primeira vez, para 3,27%.

A escalada de preços nos país

começou no fim do ano passado decorrente de uma série de choques, como mudança na demanda por alimentos na pandemia, problemas em safras com chuvas e geadas, elevação nos preços das commodities acompanhada de desvalorização do real, e agora a crise hídrica, que encarece a conta de luz do brasileiro.

Segundo economistas, o risco fiscal tem agravado a situação e passou a ser o principal fator para a elevação das expectativas de 2022 e 2023.

Em setembro, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), alcançou dois dígitos no acumulado de 12 meses, com 10,25%.

O controle da inflação é a principal atribuição da autoridade monetária. Para isso, o BC define a meta da taxa básica de juros.

Quando a inflação está alta, o Copom sobe os juros com o objetivo de reduzir o estímulo na atividade econômica, o que diminui o consumo e equilibra os preços. Caso contrário, o BC pode reduzir juros para estimular a economia.

RECUPERAÇÃO FISCAL

Rio vê receita extra de R\$ 100 bi em novo plano

O plano de recuperação fiscal apresentado pelo governo do Rio de Janeiro ao Tesouro Nacional prevê arrecadação extra de R\$ 100 bilhões em dez anos, com medidas como a securitização da dívida do estado e receitas novas com petróleo e impostos sobre investimentos.

O plano foi entregue na terça-feira passada como parte do processo do pedido de adesão do Estado ao novo regime de recuperação fiscal, aprovado pelo Congresso em dezembro. Com uma dívida estimada em R\$ 172 bi-

lhões, o Rio é o primeiro estado a tentar aderir ao novo regime.

"Não adianta fazer um plano para resolver o problema de um governo. Temos que pensar nas próximas gerações", disse o secretário estadual de Fazenda, Nelson Rocha, em entrevista ontem para detalhar o plano.

O Rio de Janeiro foi a única unidade da federação beneficiada pela versão anterior do regime de recuperação fiscal, ainda em 2017, quando o estado vivia grave crise financeira, com atrasos nos pagamentos de salários e fornece-

dores. Naquele momento, conseguiu suspender as parcelas de sua dívida com a União em troca de compromissos de austeridade, como uma reforma da previdência e redução de despesas. Agora, diz Rocha, a nova proposta de plano vai além, prevendo também medidas de desenvolvimento econômico que gerariam receitas futuras com impostos e atração de investimentos.

O estado recebeu críticas ao lançar em agosto um plano de investimentos de R\$ 17 bilhões com recursos da concessão dos servi-

ços de água e esgoto no momento em que negociava com a União a prorrogação do socorro federal às suas finanças.

"É uma falácia afirmar que não podemos investir porque estamos em regime de recuperação. Precisamos investir porque estamos em regime de recuperação", defendeu o secretário de Desenvolvimento Econômico do estado, Nicola Miccione.

Ele alega que os investimentos melhoram a infraestrutura do estado e permitem a atração de novas empresas.

COMBRASCAN SHOPPING CENTERS S.A.
CNPJ/ME nº 28.189.439/0001-23 - NIRE 333.000.131.48
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:
Ficam convocados os acionistas da **COMBRASCAN SHOPPING CENTERS S.A.** ("Companhia"), nos termos do artigo 121, §2º, da Lei 6.404, de 15/12/1976 e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/20, para se reunirem, no dia 04/11/2021, às 10h horas, de **forma digital**, através da plataforma Google Meet, por meio do link e código de identificação da reunião que serão tempestivamente enviados a cada acionista por correio eletrônico, a fim de discutirem e deliberarem sobre a ratificação da integralidade das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 20/09/2021. RJ, 27/10/2021.
Marcos Baptista Carvalho - Presidente do Conselho de Administração

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2021

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 119/2021 no dia 01/11/2021 às 14h00min. - Objeto: **Material médico-hospitalar** (Agulha hipodérmica, Bisturi descartável, cateter de punção, etc...). Processo nº. 33409.007332/2020-33. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

ENGAJETADOR

CPI troca elogios com Aras, mas ficará de olho no PGR

O grupo majoritário da CPI da Covid irá manter a sequência de trabalhos do colegiado mesmo após a conclusão das investigações no Senado e a entrega do relatório final ao procurador-geral da República, Augusto Aras (foto), nesta quarta-feira.

Uma das primeiras medidas será investir na criação de um observatório. A ideia é acompanhar sugestões de indiciamento na PGR e projetos de lei no Congresso propostos no documento.

Senadores temem arquivamentos por parte de Aras, ou leargia na análise das acusações, diante do histórico do procurador-geral e assessores de blindagem ao presidente Jair Bolsonaro.

Além disso, o relatório contém 17 projetos de lei sobre os mais variados temas, como a criação de pensão para órfãos cujos pais morreram de Covid-19, aposentadoria por invalidez para pacientes com sequelas, tipificação no ordenamento jurídico brasileiro do crime de extermínio, entre outros.

Na entrega do relatório, houve trocas de elogios entre Aras e a CPI. Em um vídeo divulgado pela PGR, o procurador-geral afirmou que a instituição haverá de "fazer um bom trabalho".

"Graças ao trabalho da CPI, nós já temos várias investigações em curso, ações de improbidade, denúncias já ajuizadas, afastamento de autoridades estaduais e municipais", disse.

Aras disse ainda que haverá a "agilidade necessária" com a chegada do material referente às autoridades com prerrogativa de foro, como Bolsonaro e seus filhos, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) e o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

Apesar da desconfiância de que Aras, aliado de Bolsonaro, possa engavetar o projeto, alguns senadores elogiaram a postura do procurador-geral da República, que sinalizou encaminhar os processos.

"Me chamou a atenção que a resposta (do Aras) foi muito firme", disse a senadora Simone Tebet (MDB-MS), líder da bancada feminina.

"Diferentemente de outros posicionamentos, eu vi uma firmeza de propósito. Ele disse: 'Eu tenho consciência que represento um órgão de fiscalização e controle'", afirmou a Tebet.

Além da senadora, participam da reunião Omar Aziz (PSD-AM), Renan Calheiros (MDB-AL), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Humberto Costa (PT-PE), Rogério Carvalho (PT-SE), Otto Alençar (PSD-BA), Fabiano Contarato (Rede-ES) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Apesar dos afagos, os senadores, para responsabilizar Bolsonaro, também manterão contato com juristas que colaboraram para a elaboração do relatório, em particular prestando auxílio em outras frentes, como na proposição de denúncia contra o presidente no Tribunal Penal Internacional.

Um projeto de resolução que cria formalmente a chamada Frente Parlamentar Observatório da Pandemia de Covid-19, mecanismo previsto no regimento do Senado, foi proposto pelo vice-

presidente da CPI.

O congressista disse que há um acordo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para que o projeto seja votado ontem.

A proposta já está no sistema da Casa e deverá ser assinada pelo presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), e pelo vice-presidente, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Segundo o texto, o grupo teria a finalidade de "fiscalizar e acompanhar os desdobramentos jurídicos, legislativos e sociais da CPI, assim como promover debates e iniciativas para fortalecer o Sistema Único de Saúde no Brasil e combater o novo coronavírus".

A frente será integrada, inicialmente, por senadores que assinarem a ata da constituição e poderá ter a colaboração de organizações da sociedade civil. Também terá regulamento próprio, aprovado pela maioria absoluta dos integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

"Com o fim dos trabalhos da CPI da Covid-19, tornou-se imperativa a constituição de um grupo parlamentar para acompanhar e fiscalizar os desdobramentos das investigações e a responsabilização efetiva de todos aqueles que contribuíram para o agravamento da maior crise sanitária e social da nossa história", diz o projeto de resolução.

Também caberá ao observatório o recebimento de novas infor-

mações e denúncias sobre irregularidades e erros no combate à pandemia, "tendo como missão a proposição de alterações legislativas que ajudem o Brasil a fortalecer o SUS e a se preparar para novas epidemias".

A mobilização dos senadores já foi iniciada ontem. A cúpula da CPI da Covid e integrantes da comissão fizeram um périplo para a entrega e discussão do relatório.

Senadores tiveram, além da reunião com Aras, um encontro com o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), responsável pelo inquérito das fake news na corte.

Os congressistas entregaram cópia do relatório da CPI. Além disso, trataram de dois requerimentos que foram aprovados na comissão que preveem a quebra de sigilo de Bolsonaro nas redes sociais e também do banimento do presidente das redes.

Apesar de a PGR já ter iniciado estudos e faturamento do material, a própria comissão assumiu junto a Aras a responsabilidade de realizar a divisão e encaminhar as proposições para os foros adequados.

A PGR é responsável pelos citados com foro privilegiado - Bolsonaro e filhos, além de quatro ministros: Marcelo Queiroga (Saúde), Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência), Walter Braga Netto (Defesa) e Wagner Rosário (CGU).

"(Decidimos nós mesmos faturar) primeiro e sobretudo por dever de cautela. Esse é um dever de cautela que não é do Ministério Público Federal, não é do procurador-geral. É nosso", afirmou Randolfe, após a reunião no STF.

Apesar do ambiente cordial, com elogios, também houve cobranças a Aras.

BOLSONARISTAS

PSOL pede que Câmara investigue deputados citados pela CPI da Covid

MÔNICA BERGAMO/FOLHAPRESS

A bancada do PSOL na Câmara enviou ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e ao corregedor Paulo Bengtson (PTB-PA) uma representação contra os deputados Bia Kicis (PSL-DF), Carla Zambelli (PSL-SP), Carlos Jordy (PSL-RJ), Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), Osmar Terra (MDB-RS) e Ricardo Barros (PP-PR), além do ministro do Trabalho e parlamentar licenciado, Onyx Lorenzoni, por quebra de decoro.

Os deputados do PSOL afir-

mam que seus colegas são citados no relatório final da CPI da Covid e acumulam "uma série de graves denúncias" que constituem crimes comuns, atos de improbidade administrativa, crimes de responsabilidade e crimes contra a humanidade.

Dizem, ainda, que os representantes atuaram na linha de frente da estratégia institucional do governo Jair Bolsonaro durante a crise da Covid-19, sendo responsáveis diretos pelo fracasso do país no combate ao vírus.

"Os deputados indiciados pela CPI são cúmplices de Jair Bolso-

nar no negacionismo, no obscurantismo e na divulgação de tratamentos ineficazes contra a Covid. Isso causou a morte de mais de 600 mil brasileiros", afirma a deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ), líder da bancada do PSOL.

O texto final da CPI sugere que as deputadas Bia Kicis, Carla Zambelli, Carlos Jordy e Eduardo Bolsonaro sejam indiciados sob a acusação de incitação ao crime. Já o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros, é citado sob a acusação de incitação ao crime, advocacia administrativa, formação de organi-

zação criminosa e improbidade administrativa.

Ao ministro Onyx Lorenzoni, por sua vez, são atribuídas as práticas de incitação ao crime e de crimes contra a humanidade.

Deputado federal e aliado próximo de Bolsonaro, Osmar Terra é apontado como integrante e padrinho do suposto "gabinete paralelo". Ao longo da pandemia, ele foi um dos mais notórios críticos do isolamento social. A CPI sugeriu seu indiciamento sob a acusação de epidemia com resultado morte e incitação ao crime.

FRAUDE

Faraó dos bitcoins é indiciado sob suspeita de tentativa de homicídio

ITALO NOGUEIRA/FOLHAPRESS

O empresário Gleadson Acácio dos Santos, conhecido como "faraó dos bitcoins", foi indiciado ontem sob suspeita de tentativa de homicídio contra um concorrente na captação de clientes para investimento de criptomoedas em Cabo Frio, cidade do Rio de Janeiro onde atuava.

A vítima foi o empresário Nilson Alves da Silva, o Nilsinho, baleado em 20 de março deste ano. De acordo com a Polícia Civil, Gleadson encomendou o crime porque seu concorrente espalhava na cidade que ele seria preso pela Polícia Federal.

Gleadson foi preso preventivamente em agosto deste ano sob suspeita de comandar um

esquema de "pirâmide financeira" envolvendo investimentos em criptomoedas.

"Para dar início à empreitada criminosa, o 'faraó dos bitcoins' determinou que um comparsa de confiança contratasse os executores do delito. Para dificultar a investigação policial, quatro indivíduos contratados para matar a vítima utilizaram um veículo clonado e contaram com o apoio de um carro regulizado para fazer os deslocamentos rodoviários", afirma a Polícia Civil, em nota.

A investigação da 126ª DP (Cabo Frio) indica ainda que os dois executores dos crimes contra Nilsinho também participaram do homicídio contra Wesley Pessano, outro investidor em

criptomoedas que atuava na cidade. A polícia ainda investiga se Gleadson foi também mandante deste assassinato.

Gleadson está preso preventivamente desde agosto em razão das investigações que culminaram na Operação Kryptos. Ele prometia um retorno de 10% mensais sobre os valores aportados por investidores a partir de investimentos em criptomoedas.

A suspeita é de que se tratava de uma "pirâmide financeira", na qual os novos clientes garantiriam o pagamento dos antigos. O esquema gera prejuízos aos clientes quando a entrada de recursos não atende mais as necessidades de saídas.

Ele e outras 16 pessoas são réus em ação penal na Justiça

PREVIDÊNCIA

Servidores da Prefeitura protestam contra Sampaprev 2

FLAVIA KUROTORI/FOLHAPRESS

Servidores da Prefeitura de São Paulo protestam ontem contra a reforma da Previdência municipal, chamada de Sampaprev 2 pela categoria. O ato unificado foi realizado em frente à Câmara Municipal e, segundo a organização, reúne a menos 40 mil pessoas.

Os trabalhadores iniciaram a concentração às 14h e, por volta das 16h, saíram em caminhada em direção ao gabinete do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Reforma da Previdência de SP: o que diz quem é contra e quem é a favor

"O projeto não vai ser votado hoje, mas estamos aqui para sensibilizar os vereadores a não aprovarem em segunda votação o PLO 7", afirmou Cláudio Fonseca, presidente do Sinpeem (Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo).

Sérgio Antiquiera, presidente do Sindsep (Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo), criticou o confisco das aposentadorias, ou seja, o fim da isenção aos aposentados e pensionistas do Iprem (Instituto de Previdência Municipal de São Paulo) e chamou uma salva de palmas para estes servidores.

"A Guarda Civil de São Paulo já é a (guarda) com o menor salário do estado e ainda quem confiscar a aposentadoria deles (dos servidores)", apontou Evandro Fucitalo, presidente do SindGuardas-SP (Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo).

A reforma foi aprovada em primeira votação em 14 de outubro. O texto está sendo analisado por uma comissão de estudos, que tem até 8 de novembro para dar o parecer. A partir desse dia, a votação em segundo turno pode ser realizada em data a ser definida pelos líderes partidários.

Funcionários municipais, principalmente os professores,

iniciaram greve no último dia 15. Os sindicatos representantes dos servidores dizem estar mobilizando os trabalhadores diariamente em prol da paralisação. Eles ainda não têm um balanço da adesão ao movimento.

As mudanças previstas pelo PLO 7/2021 fazem com que o RPPS (Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos) se assemelhe às regras da reforma da Previdência de 13 de novembro de 2019, segundo justificativa ao projeto enviado pelo prefeito.

Uma das principais propostas criticadas pelos servidores municipais é o fim da isenção a aposentados e pensionistas do Iprem. A reforma prevê que os servidores que recebem o benefício a partir de um salário mínimo (R\$ 1.100 em 2021) devem recolher alíquota de 14%.

Caso seja aprovada, esta será a segunda alteração do regime previdenciário de servidores municipais desde 2018 - a primeira reforma da Previdência municipal foi em dezembro de 2018.

Na terça-feira, a categoria também protestou. O ato foi chamado às pressas pelos sindicatos após a Câmara Municipal pautar três projetos de lei - PLS 650, 651 e 652 - que alteram regras do funcionalismo e mexem com a estrutura das carreiras.

O principal deles, que aumenta os salários de cargos comissionados em até 30% sob a justificativa corrigir a defasagem, foi aprovado pelos vereadores por 35 votos a favor e 20 contra. Agora, o projeto vai para a sanção do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Os textos foram enviados pela prefeitura como um "pacote de bondades" aos servidores. Ainda que crie plano de carreira e aumente o valor de benefícios, há mudanças que, segundo os trabalhadores, tiram direitos como a redução das faltas abonadas (de dez para seis) e a alteração na concessão de férias, que passaria a ser proporcional aos dias trabalhados.

CENTRO DA CIDADE

Igreja abandonada vira ocupação de sem-teto

Deitada no sofá em frente a uma das amplas janelas do imóvel onde funcionava uma igreja de imigrantes nigerianos, no centro de São Paulo, Cibele Ribeiro da Silva, 31, olha os três filhos sentados no chão em frente à televisão. Um deles é Adrian, 10, portador de paralisia cerebral.

Grávida do sexto filho, Cibele é uma das moradoras da ocupação aberta há cerca de um mês em imóvel fechado ao menos em 2018, quando os inquilinos deixaram de pagar aluguel. O endereço fica em frente à praça Princesa Isabel, atualmente, o retrato da crise de moradia na capital paulista, tomada por barracas de sem-teto.

O imóvel de dois andares tem dívidas de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), de água e luz, e também é alvo de disputa na Justiça entre herdeiros.

O espaço interno está sendo repartido entre as famílias com uso de divisórias de madeira e paredes de tijolos. A maioria é imigrantes, idosos e mães solteiras. Cada um paga cerca de R\$ 150 para morar lá, abaixo da média de R\$ 300 cobrada em outras ocupações no centro.

A líder da ocupação batizada de "Unidos para Vencer" é Janaína Xavier, 41, ex-usuária de drogas que se tornou referência de assistência à moradia para quem vive na região da cracolândia. "Todo dia recebo gente desesperada porque não tem onde morar, por isso, que-

ria organizar uma ocupação há tempos", diz.

Na semana passada, após ação de despejo que deixou 30 pessoas desabrigadas na cracolândia, foi ela quem ajudou a abrigar a família de Josimar Cruz Moraes. Ele, a mulher e os quatro filhos conseguiram uma vaga em uma ocupação na avenida São João. "Ela, agora, é como uma mãe para mim", diz Moraes.

Ontem, a prefeitura voltou a desocupar imóveis na região da cracolândia sob a alegação de representar risco aos ocupantes.

Uma das primeiras moradoras de ocupação foi Cibele. Vítima de violência doméstica, ela vive com a companheira Talita que a ajuda com as crianças e na reciclagem, único meio de sustento da família.

Elas saíram da outra ocupação onde viviam, na avenida São João, porque não conseguiam pagar o valor cobrado todo mês, e também pela falta de segurança. "Roubaram a cadeira de rodas do Adrian na ocupação", diz ela, que passou a usar um carrinho de supermercado para se locomover com o filho.

Vítima de violência doméstica, ela ainda sofre com os ataques do ex-marido, que tenta lhe tirar a guarda das crianças. "Ele vem aqui a noite e começa a gritar, mas sei que está interessado somente no benefício que meu filho recebe", diz. Ela atribui a deficiência do filho aos socos e pontapés que sofreu do ex-marido durante a gravidez.

LOCAIS ABERTOS**Rio desafia ciência e põe fim ao uso de máscaras hoje**

A lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro na terça-feira passada, que desobriga o uso de máscaras em locais abertos, passará a valer hoje após publicação no Diário Oficial. O governador Cláudio Castro (PL) sancionou o texto ontem.

Após a sanção, a secretaria estadual de Saúde publicará, também hoje, uma recomendação aos municípios que deverão seguir critérios de distanciamento social, ambiente aberto e fechado, percentual de vacinação da população, realização de eventos-teste, entre outros, para a flexibilização do uso das máscaras contra a Covid-19.

Em nota, o governador afirmou que "esta medida representa um importante salto para a vitória do estado e do povo fluminense sobre o vírus".

A Prefeitura do Rio de Janeiro publicou ontem o decreto que torna opcional a utilização das máscaras em lugares abertos.

O texto também reafirma que o uso do equipamento não será mais obrigatório em locais fechados assim que o município atingir o percentual de 75% de pessoas vacinadas com dose única ou segunda dose. Essa será a terceira e última etapa do plano municipal de reabertura.

Na semana passada, o prefeito Eduardo Paes (PSD) disse que isso deve ocorrer em 15 de novembro. "Vamos sempre seguir aquilo que o comitê científico disser, e o secretário (de Saúde) Daniel Soranz toma a decisão final", declarou na ocasião.

Paes tem afirmado que segue as decisões do comitê científico da Prefeitura. Em transmissão nas redes sociais, ele disse que não haverá nenhum problema se houver qualquer necessidade futura de recuo na decisão que flexibilizou o uso das máscaras.

A flexibilização estava prevista pela prefeitura na segunda etapa do plano de retomada, quando 65% da população total estivesse integralmente vacinada contra a Covid-19, marca que foi alcançada nesta terça. Já a primeira dose ou dose única foi aplicada em 87% dos cariocas.

O decreto do município também permite a abertura de boates, danceterias e salões de dança, com metade da capacidade. Oficialmente esses espaços estão proibidos, mas na prática já vêm funcionando com pouca fiscalização.

A prefeitura tem argumentado que a cidade vive o melhor cenário epidemiológico desde o início da pandemia, com uma queda expressiva do número de casos e mortes, e registra índices de vacinação maiores do que países que já desobrigaram o uso da proteção.

Especialistas ouvidos pela reportagem afirmam, porém, que ainda é cedo para pensar em aboli-la. "É uma ideia equivocada. A gente não está num momento de achar que controlou a pandemia a ponto de não criar mais medidas de restrição", diz o epidemiologista Raphael Guimarães, do Observatório Fiocruz Covid-19.

Ele lembra que o Brasil pode seguir o exemplo da Inglaterra, que flexibilizou as medidas de proteção individual quando atingiu a cobertura vacinal de aproximadamente 58% e agora está vivendo um novo aumento súbito de casos e óbitos. "Não queremos que isso aconteça aqui", afirma.

Para Guimarães, a liberação do uso das máscaras em lugares abertos deveria acontecer com a cobertura vacinal em torno de 80%. A marca havia sido proposta pela bancada do PSOL como emenda no projeto de lei discutido pela Assembleia Legislativa, mas foi recusada pelo plenário.

VENEZUELA**Maduro chama Bolsonaro de imbecil após fala sobre Aids e vacina contra Covid**

O presidente venezuelano, Nicolás Maduro, criticou declaração do presidente Jair Bolsonaro, dada em uma transmissão nas redes sociais na semana passada, de que a vacina contra a Covid-19 poderia ter uma ligação com o desenvolvimento de Aids.

Segundo os médicos, a associação citada pelo líder brasileiro entre o imunizante e a doença, baseada em uma suposta notícia, é falsa, inexistente e absurda; as vacinas contra o coronavírus disponíveis no mundo hoje são seguras. As redes sociais retiraram o vídeo de Bolsonaro do ar.

Na terça-feira, Maduro fez referência à live de Bolsonaro quando discursou e falou da importância de vacinar a população. "É necessário promover a vacinação. O imbecil e palhaço do Jair Bolsonaro, no Brasil, disse ontem (na verdade na quinta-feira, 21) uma estupidez típica de alguém de direita, desprestigiado e não querido pelo seu povo", disse o venezuelano.

"Bolsonaro chegou à loucura de dizer que a vacina contra o coronavírus, que é um produto da ciência mundial e está protegendo e salvando vidas, provoca Aids."

O discurso do ditador foi transmitido pela TV estatal. Maduro ainda chamou o presiden-

te brasileiro de "neonazista" e "neofascista" e criticou outras falas dele relacionadas à Covid-19 - a exemplo de quando o chefe do Executivo chamou a doença de "gripezinha".

Em abril do ano passado, Maduro já havia criticado Bolsonaro, chamando-o de "coronalouco" ao falar da "irresponsabilidade que causou o contágio e a morte de milhares de brasileiros". Na época, o Brasil contabilizava 2.462 mortes pelo vírus; hoje, são mais de 606 mil.

O próprio Maduro, porém, já deu declarações questionáveis em relação à pandemia. Em janeiro, ele chegou a defender um suposto tratamento para a Covid - a exemplo do que Bolsonaro fez repetidas vezes com, por exemplo, a hidroxicloroquina. No caso venezuelano, o remédio supostamente milagroso contra o vírus era o Carvativir, que não tem eficácia comprovada.

Composto de carvacrol, substância presente no óleo de orégano, o medicamento criado pelo médico venezuelano do século 19 José Gregorio Hernandez é usado como expectorante e foi classificado pela FDA, a agência reguladora de medicamentos dos EUA, como "seguro e inócuo para consumo humano".

A promoção das "gotas milagrosas", como Maduro vendeu o

remédio, levou o Facebook a suspender a página do chavista na plataforma devido a violações da política contra informações falsas sobre a pandemia.

Ainda na primeira onda da doença no país, o ditador associou o coronavírus à Colômbia, liderada pelo político de direita Iván Duque. Segundo Maduro, o vírus estaria vindo do outro lado da fronteira, carregado por migrantes venezuelanos que retornavam a seu país natal - a Colômbia é o principal destino dos que fogem da crise social e econômica da Venezuela.

De acordo com dados oficiais, a Venezuela tem até aqui 4.836 mortes e 402.407 casos de Covid-19. Estima-se, porém, que os números sejam bem maiores do que os divulgados pelo governo, que tenta passar a impressão de que o regime está conseguindo conter a crise sanitária.

A taxa de vacinação no país, segundo a Universidade John Hopkins (EUA), é ainda baixa, comparada com os demais países da região; apenas 21,71% de toda a população venezuelana foi completamente vacinada contra o vírus.

Em comparação, o Brasil tem 21,74 milhões de casos confirmados da doença e mais de 606 mil mortes. Além disso, 52,1% dos brasileiros já receberam a imunização completa.

PARLAMENTO**Portugal deve antecipar eleições legislativas**

GIULIANA MIRANDA/FOLHAPRESS

O Parlamento de Portugal reprovou ontem a proposta do Orçamento para 2022 apresentada pelo governo. Assim, o presidente Marcelo Rebelo de Sousa deve dissolver a Assembleia da República e convocar eleições legislativas antecipadas.

A rejeição ao projeto orçamentário apresentado pelo primeiro-ministro António Costa, do Partido Socialista (PS), já era esperada. O PCP (Partido Comunista Português) e o Bloco de Esquerda, legendas que viabilizaram o governo nos últimos anos, já haviam anunciado que votariam contra a proposta.

Embora a dissolução do Parlamento não seja obrigatória em caso de reprovação do Orçamento, o presidente português reiterou diversas vezes nas últimas duas semanas que optaria por essa alternativa.

Nos últimos 20 anos, Portugal teve eleições antecipadas em três ocasiões: 2001, 2004 e 2011.

Como não se trata de um processo automático, Rebelo de Sousa terá de respeitar um longo trâmite de formalidades, que incluem conversas com representantes dos partidos políticos e com o presidente da Assembleia da República e a convocação do Conselho de Estado - órgão consultivo que reúne ex-presidentes, chefes do Legislativo e do Judiciário, lideranças regionais e representantes dos cidadãos.

Respeitados os prazos estabe-

lecidos na Constituição e todo o rito, os portugueses não devem ir às urnas antes de 8 de janeiro.

O debate que antecedeu a votação teve trocas de acusações acaloradas entre deputados governistas e representantes de outras siglas. Líder parlamentar do PS, a deputada Ana Catarina Mendes apontou o dedo sobretudo ao Bloco de Esquerda, que acusou de mentir.

Catarina Martins, do Bloco de Esquerda, por sua vez, culpou o PS pelo fim da união à esquerda. "É preciso um caminho de compromisso. Fizemos (em 2015) um contrato para quatro anos, um acordo que o premiê dispensou nesta legislatura. A geringonça foi morta pela obsessão pela maioria absoluta."

A reprovação do Orçamento socialista significa o fim da inédita aliança de esquerda que possibilitou a chegada de Costa ao poder, em novembro de 2015. Apelidada de "geringonça" devido à sua aparente fragilidade, a coalizão pós-eleitoral formada pelo Partido Socialista, pelo Bloco de Esquerda e pela CDU (coligação dos comunistas e do Partido Ecologista Os Verdes) resistiu aos quatro anos da legislatura.

Em 2019, embora não tenha obtido maioria absoluta (foram 108 assentos entre os 230 da Assembleia), os socialistas optaram por não formalizar um acordo com outras legendas, negociando individualmente em cada votação. Nos dois últimos Orçamentos, o governo já havia tido difi-

culdades para chegar à aprovação.

Embora represente o fim da geringonça, o projeto rejeitado é considerado por analistas a proposta de Orçamento mais à esquerda já apresentada pelo atual governo. O texto incluía aumento de investimentos no Serviço Nacional de Saúde, alterações no imposto de renda e mais apoios a crianças e famílias.

Representantes do PCP e do Bloco de Esquerda defendiam, no entanto, que o governo oferecesse mais aos portugueses. Alguns dos principais pontos de divergência foram na legislação laboral e no aumento do salário mínimo nacional. Em debate no Parlamento na terça, Costa admitiu que o fim da geringonça seria "uma frustração pessoal". "Não tenho nenhum pudor em reconhecê-lo", completou.

Na avaliação de Francisco Pereira Coutinho, professor da Universidade Nova de Lisboa, o presidente Marcelo Rebelo de Sousa tem boa parcela da responsabilidade sobre o atual impasse político.

"Todo o problema nasce porque o presidente português diz que vai dissolver a Assembleia se o Orçamento não for aprovado. O poder de dissolução é discricionário. O presidente resolver dizer isso para condicionar o debate orçamental, para forçar os partidos à esquerda a um entendimento, dizendo que existiriam consequências políticas imediatas se não se aprovasse o Orçamento", afirma ele.

Nota**EUA EMITEM PRIMEIRO PASSAPORTE COM GÊNERO 'X', PARA NÃO BINÁRIOS**

Os Estados Unidos emitiram o primeiro passaporte com a letra "X", que simboliza a neutralidade, no lugar dos tradicionais "F" (feminino) e "M" (masculino) no campo de gênero, um avanço na conquista de direitos da população não binária - que não se identifica exclusivamente como homem ou mulher. O anúncio foi feito ontem pelo portavoz do Departamento de Estado americano, Ned Price. "O departamento continua o processo de atualização de suas políticas com relação aos

marcadores de gênero para melhor atender a todos os cidadãos dos EUA, independentemente de sua identidade de gênero", disse. Há quatro meses, em junho, o secretário de Estado, Antony Blinken, havia dito que o departamento se preparava para pôr de pé medidas que promovessem os direitos LGBTQIA+. Na ocasião, afirmou que a decisão ia ao encontro do governo de Joe Biden, que, "desde que assumiu o cargo, realizou várias ações executivas que demonstram o compromisso com os direitos humanos e orientou agências a adotar ações concretas para promover e proteger os direitos de pessoas LGBTQIA+".

**Direito & Justiça****Novo entendimento da Receita Federal para a tese do século**

Finalizado o tão aguardado julgamento da tese "Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins", no dia 13.05.2021, os ministros do Supremo Tribunal Federal confirmaram a exclusão do ICMS destacado na nota fiscal para fins de cálculo do PIS e da Cofins a recolher, modulando os efeitos da decisão para após 15.03.2017, data em que foi julgado o mérito do RE 574706, ressalvadas as ações judiciais ajuizadas até a referida data.

O que parecia ser uma conclusão para a "tese do século", deu origem a novos entendimentos perfilhados pela Secretaria da Receita Federal. Dessa vez, a estratégia da Receita Federal, que poderá reduzir o impacto bilionário da exclusão do ICMS na apuração dos débitos de PIS e Cofins, consiste na adoção do mesmo critério firmado no RE 574.706 para cálculo dos créditos decorrentes da aquisição de bens e insumos.

Na prática, a Receita Federal entende que as empresas que estão excluindo o ICMS na nota de venda das mercadorias e, consequentemente, da apuração dos débitos de PIS e Cofins, também deveriam excluir o imposto estadual na entrada dos bens utilizados como insumo - que geram créditos de PIS e Cofins, refletindo, então, na tomada de crédito a menor e consecutivo aumento do débito das contribuições.

O recente entendimento da Receita Federal é facilmente notado quando da edição da IN nº 1.911/2019, que revogou o inciso II, do § 3º, do artigo 8º, da IN nº 404/2004, enunciando este que garantia aos contribuintes a apuração do crédito da não cumulatividade sobre todo o custo de aquisição de bens e serviços, incluindo o ICMS que está embutido nas notas fiscais de compra.

Segundo o texto que constava da IN nº 404/2004, o ICMS integrava o custo de aquisição dos bens e serviços para fins de cálculo do crédito de PIS e Cofins. No entanto, o artigo 167 da IN 1.911/2019, norma que sobrepôs àquela, ao mencionar os valores que integram a base de cálculo dos créditos básicos de aquisição, foi omissivo em relação à inclusão do ICMS, reservando-se à menção expressa apenas do "seguro e do frete pagos na aquisição, quando suportados pelo comprador; e do IPI incidente na operação, quando não recuperável".

Ocorre que a omissão da Receita Federal, cumulada com sua intenção já noticiada de revisar as bases de cálculo do crédito adotadas pelos clientes que se utilizaram do novo entendimento do STF, viola, já em um primeiro momento, o Princípio Constitucional da Estrita Legalidade e da Tipicidade em matéria tributária, uma vez que qualquer descrição do fato gerador do crédito e do débito, necessário à tributação, deve reservar-se ao disposto em lei.

Significa dizer que a publicação de uma norma infralegal da Receita Federal não pode modificar critérios identificadores do fato jurídico tributário e da relação jurídica tributária, os quais, no caso discutido, estão plenamente desenhados nas Leis nºs 10.833/2003 e 10.637/2002 que, diga-se de passagem, não sofreram alteração.

Ao analisar essa "nova tese" da Receita Federal, é importante ter em mente que a exclusão do ICMS da saída decorreu de entendimento sedimentado pelo STF após os contribuintes recorreram ao Poder Judiciário. Julgamento este que nada restou definido (sequer mencionado) sobre a restrição no creditamento da entrada.

Ora, a inclusão do ICMS na base de cálculo dos créditos de PIS e Cofins, assim como a inclusão do IPI - ainda reconhecido expressamente pela Receita Federal - decorre do fato que o ICMS compõe o preço da mercadoria adquirida - cálculo por dentro já declarado constitucional pelo STF no RE 212.209, que manteve a vigência do artigo 13, §1º, I da LC 87/1996. Logo, compondo o custo aquisição, deve ser igualmente integrado na composição no cálculo dos créditos de aquisição.

Ainda, não pode ser esquecido que as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, que dispõem sobre o cálculo do crédito, não vinculam o crédito a quanto especificamente incidiu de PIS e Cofins na operação anterior, tanto por isso que uma empresa pode se apropriar de créditos em 9,25%, ainda que seu fornecedor tenha recolhido à alíquota de 3,65%.

Diferente do que a Receita Federal tenta fazer crer, a metodologia é fruto da própria não-cumulatividade do PIS e da Cofins que, diferente do IPI/ICMS (tributo contra tributo), permite a desoneração da cadeia produtiva das empresas, autorizando o crédito sobre qualquer insumo utilizado em sua produção ou prestação de serviço, considerando o valor total da nota, incluindo o ICMS, isso porque o imposto é um custo enfrentado pelo contribuinte.

Além disso, vale lembrar que um dos argumentos utilizados no julgamento da "tese do século" pelo Ministro Marco Aurélio e pela Ministra Rosa Weber, para fixar a tese da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, foi a não incidência dessas contribuições sobre o IPI. Valendo-se desse entendimento, o tratamento conferido pela Receita Federal aos valores de IPI deve ser o mesmo para o ICMS, preservando-se a harmonia do sistema.

Pergunta-se: Qual a diferença do entendimento publicado pela Solução de Consulta COSIT nº 579/17, em que a Receita Federal reconheceu que o IPI deve compor a base de cálculo do crédito do PIS e da Cofins, por se tratar de custo do adquirente, com a parcela de ICMS que também integra o custo da compra?

É extrema importância entender que a atividade arrecadatória da União está adstrita ao disposto em lei, de modo que o nascimento da incidência tributária não depende da vontade das Autoridades Fiscais, devendo ser exercida da maneira mais uniforme e fiel possíveis ao texto legal, por uma questão de segurança jurídica e legitimidade do próprio sistema de arrecadação. Assim, não pode ser permitida a restrição do direito do contribuinte na tomada de crédito sem a efetiva previsão da legislação tributária, tal como deseja com a Receita Federal com a exclusão do imposto estadual na entrada dos bens utilizados como insumo.

Anderson Albuquerque

Sócio do Albuquerque & Alvarenga Advogados